

TOMADA DE POSIÇÃO EM RELAÇÃO AO PROCESSO DE AVALIAÇÃO DOS DOCENTES

Aprovada pelos Professores da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré

(esta posição encontra-se ainda em fase de subscrição)

(...) reiterando a preocupação com a necessidade de proporcionar a tranquilidade indispensável ao decurso de um período lectivo tão determinante como é o terceiro, por ser, diversas vezes, gerador de progressos educativos significativos, manifesta-se total desacordo com o complicado papel burocrático que se pretende exigir, agora, aos docentes, o qual acaba por ser asfíxiante da acção educativa dos próprios. É, pois, com afirmada consciência profissional que os professores deste Estabelecimento de Ensino desaprovam fazer da sua própria avaliação, do seu desempenho, o centro da actividade que exercem, na medida em que teriam que colocar os actos de docência, necessariamente centrados nos seus alunos, num plano secundário.

Acrescenta-se ainda que (atendendo ao facto de os docentes considerarem imprescindível ter uma avaliação justa do desempenho, que valorize as boas práticas e permita melhorar outras) se considera que o processo apresentado pelo Ministério da Educação não reúne tais requisitos e potencia conflituosidades, constatadas nas leituras realizadas dos documentos que foram sendo publicados. Deste modo, porque os professores se viram confrontados com critérios de enorme subjectividade, com mecanismos de aferição de metas que não poderão sustentar qualquer intenção de apelo formativo nem analisar realidades diversas, determinantes certamente para níveis de sucesso ou insucesso dos alunos, entendem ser necessário suspender o processo de avaliação até final do ano lectivo, sem que daí resulte qualquer prejuízo para a sua carreira.

Importa salientar que, no exercício de cidadania a que se sentem obrigados, também enquanto educadores, os professores jamais poderão proceder de forma contrária ao respeito pelas competências de poderes do Estado de Direito Democrático. Neste sentido, assumem honrar o cumprimento das providências cautelares interpostas contra o Ministério da Educação, que, em relação ao processo de avaliação, implicam a suspensão dos procedimentos requeridos para a sua aplicação até deliberação de tribunal. Além disso, à ausência de orientações precisas, de acordo com a lei, e de cumprimento das restantes acções necessárias acrescenta-se a inexistente reapreciação de documentos estruturantes da vida escolar (Projecto Educativo e Regulamento Interno) com discussão participada da comunidade, impedindo, assim, qualquer decisão responsável, sustentada e mobilizadora de todos os implicados para aspectos tão decisivos.

Manifesta-se, por este meio, profunda indignação pela persistente acção do Ministério da Educação em forçar a execução de mecanismos conducentes à avaliação, apesar dos riscos de perturbação do planeamento e da preparação da actividade lectiva, sempre exigente na ponderação de estratégias e de leituras documentadas. De igual modo, considera-se inaceitável que a fragilidade de relação laboral dos docentes contratados possa servir, de forma discricionária, não rigorosa e até imponderada, para a aplicação de mecanismos que subvertem princípios de igualdade e apoucam o papel que deve ter a Avaliação do Desempenho.

Atendendo às razões apresentadas e considerando que o bom funcionamento da vida escolar, visando o sucesso educativo, deve ser mais importante do que qualquer medida sem benefícios para o processo de ensino-aprendizagem e para o desenvolvimento de competências, os professores da Escola Secundária da Gafanha da Nazaré abaixo-assinados assumem inibir-se, durante o presente ano lectivo, de contribuir para a elaboração de quaisquer documentos que visem alcançar a execução de procedimentos (no âmbito da avaliação) que carecem de profunda reflexão e se apresentam comprovadamente inexecutáveis desde o momento em que foram ultrapassados todos os prazos legalmente estabelecidos, devido às dificuldades conhecidas.

Esta Tomada de Posição será apresentada aos órgãos da Escola, tornando-se também Pública e remetendo-se ao Ministério da Educação bem como ao Primeiro-Ministro.

Gafanha da Nazaré, 2 de Abril de 2008